

tores de Vassouras em 1854, "o escravo que é proprietário não foge nem provoca desordens".⁵⁵ Ademais, permitir aos escravos alguns períodos de folga com essa finalidade era um incentivo dentro da rotina normal de trabalho e, assim, diminuía os problemas de supervisão. Do ponto de vista dos escravos, a possibilidade de ganhar algum dinheiro para comprar roupas e outros produtos, ou talvez acabar comprando a manumissão, era uma vantagem desejável. Embora os escravos pudessem ser trapaceados e perder esse dinheiro, era costume respeitar sua integridade, porque a utilidade de proporcionar um objetivo aos escravos era muito importante para a manutenção da disciplina e do controle.⁵⁶

O contingente escravo em expansão nesse período formou tanto um mercado quanto um fornecedor de mantimentos. Determinada lavoura ou região ser consumidora ou fornecedora de gêneros alimentícios era situação que variava segundo circunstâncias específicas. Aliás, é impossível calcular a proporção de alimentos cultivados pelos escravos que eram consumidos pelos próprios escravos ou chegavam ao mercado, ou saber qual percentual dos mantimentos que chegavam aos mercados locais era produzido pelos escravos sozinhos. Contudo, está claro que o mercado interno criou algumas oportunidades que os próprios escravos estavam ansiosos por aproveitar. Quando, como vimos no Capítulo 1, um grupo de escravos recalcitrantes de Ilhéus, em 1789, exigiu tempo para cultivar os próprios alimentos e um meio de transportá-los para o mercado de Salvador, estavam demonstrando com seus objetivos a penetração da agricultura comercial no âmago da escravatura.

55. Esse comentário é citado por Eduardo Silva em "A função ideológica da 'brecha camponesa'", in Reis e Silva, *Negociação e conflito*, p. 22-31. Ver também seu *Barões e escravidão* (Rio de Janeiro, 1984, especialmente a seção: "A carestia dos gêneros: como sustentar a bicharada", p. 159-70.

56. Henry Koster, *Travels in Brazil*, 2. ed., 2 v. (Philadelphia, 1817), II, p. 194, p. 226-28. Koster assinala que em Pernambuco a tradição do pecúlio dos escravos geralmente era respeitada.

BAHIA: REAÇÕES DOS ROCEIROS ÀS TENSÕES ENTRE ALIMENTOS E EXPORTAÇÃO

Em capitânicas como a da Bahia, que tinham um forte setor de exportação, a tensão entre a produção de alimentos e a agricultura para exportação era um problema antigo e incessante, exacerbado principalmente durante os períodos de expansão da exportação. O problema da escassez de alimentos em zonas agrícolas já existia em meados do século XVII. Em Pernambuco, Maurício de Nassau, Governador da colônia holandesa no Brasil, havia ordenado em 1638 o plantio de pelo menos 500 covas de mandioca para cada escravo, para evitar escassez.⁵⁷ Na Bahia, a partir de meados do século XVIII os governadores limitavam o plantio de cana-de-açúcar e tabaco a certas regiões do Recôncavo, para garantir que outras áreas produziram gêneros alimentícios a fim de alimentar a população da lavoura e a cidade de Salvador.⁵⁸

O povo e as tropas militares de Salvador passaram a depender muito da farinha de mandioca fornecida pelas regiões do litoral sul da Bahia (Boipeba, Cairu, Camamu e Ilhéus), e se tornaram suscetíveis à manipulação dos agricultores e dos comerciantes. Conforme um governador declarou em 1670, "em todas as administrações sempre houve fome e o preço altíssimo da farinha nesta praça".⁵⁹ Isso

57. José Antonio Gonsalves de Mello, *Tempo dos flamengos*. 2. ed. (Recife, 1978), p. 150; Evaldo Cabral de Mello, *Olinda restaurada* (São Paulo, 1975), p. 192. O problema mandioca x açúcar é discutido em Gileno de Carli, "Geografia econômica e social da canna de açúcar no Brasil"; *Brasil Açucareiro*, v. 10, n. 1, p. 24-41, 1937; v. 10, n. 2, p. 200-226, 1937.

58. *Bando* (5 Fev. 1639) BI, Cartas do Conde de Torre, Livro Z, n.3; *Bando* (28 Mai 1654), APB, ord. reg. 59, f. 70-71. O Conde de Atouguia suspendeu a antiga proibição de plantação de tabaco em Cachoeira e Inhambupe porque a farinha de mandioca produzida nessas regiões não ia para Salvador.

59. *Bando* (24 de Abril de 1670) Governador Alexandre de Sousa Freire ACS, 125.5 Provisões.

levou, em 1688, à exigência jurídica de que todo agricultor de cana-de-açúcar e tabaco no Recôncavo cultivasse 500 covas para cada escravo que possuísse.⁶⁰ Essa legislação se repetiu em 1701, época em que um novo mandato obrigou os comerciantes do tráfico de escravos a manter plantações de mandioca para fornecer aos navios. Tanto os agricultores quanto os donos dos navios não conseguiram contornar a lei, preferindo comprar gêneros alimentícios a cultivá-los.⁶¹ Por trás dessa legislação estava a crença de que aproximadamente um-terço da farinha produzida em 500 covas proporcionaria sustento suficiente para cada pessoa, e os dois-terços restantes poderiam ser vendidos. Se esse cálculo estiver certo, as estimativas posteriores que Silva Lisboa fez da produção de dez alqueires para cada mil covas são, de fato, a produção mínima com base em solo pobre. Terras melhores talvez pudessem produzir até 30 alqueires para cada mil covas.

As exigências da agricultura para exportação e do tráfico de escravos em conflito, embora interdependentes, com

60. A Câmara de Salvador queria essa legislação devido à escassez e aos preços altos. Sua proposta foi encaminhada a Lisboa em 1687 pelo Governador Matias da Cunha, que também relatou que muitos engenhos não plantavam mandioca e outros, que tinham terras para tais plantações, as alugavam. Cf. ACB, III, (14 de julho de 1686), p. 32-33; Da Cunha para Conselho Ultramarino (9 ago. 1687), AHU, Bahia pap. av. caixa 15.

61. ACS, Provisões reais 25.2, f. 131v.-132; 27.2, f. 137-38. A lei que exigia dos traficantes de escravos a manutenção de roças de mandioca era fonte de conflito entre a Câmara de Salvador e os comerciantes da cidade. Além de preferir comprar mandioca, em vez de produzi-la, em 1729 estimou-se que eram utilizados mais de 6.000 alqueires só no tráfico de Minas. Ver AHU, Bahia pap. avul. caixa 90 1st série não-catalogada. (27 de julho de 1729); caixa 45, 1ª série não-catalogada. (21 de maio de 1731); APB, Cartas do Senado 132, f. 160. As reclamações contra os comerciantes continuaram durante todo o século XVIII. Ver a de 6 de novembro em ABNRJ 31 (1909), 90. docs. 1, 351; 1, 352.

as da população urbana, bem como as necessidades de alimentos de toda a população, tiveram conseqüências sociais e econômicas importantes e de longa duração na colônia. Estava claro que se evitava a produção de safras de alimentos, devido ao baixo retorno que proporcionava para os investimentos, nas áreas onde fosse possível o cultivo de safras para exportação. A agricultura de subsistência passou a ser desprezada, tanto social quanto economicamente. Com certeza os agricultores da cana-de-açúcar não queriam participar dela. A famosa declaração de Manoel Ferreira da Câmara, em 1807, de que cultivaria mandioca para evitar o absurdo de “renunciar à melhor agricultura do mundo pela pior”, salientou essa opinião.⁶² Dados extraídos de listas de lavouras de Pernambuco e Sergipe de El-Rey na década de 1780 indicam que muitos agricultores da cana-de-açúcar não cultivavam mandioca, ou cultivavam muito pouco, para alimentar os escravos.⁶³ Governadores reais e câmaras municipais lutaram durante todo o século XVIII para impor a produção obrigatória de gêneros alimentícios aos proprietários de lavouras de tabaco e cana-de-açúcar e aos traficantes de escravos, e para que criassem zonas exclusivamente dedicadas à produção de alimentos.⁶⁴

Na Bahia, a regionalização da produção de alimentos tornou-se possível devido à designação das paróquias de solo arenoso ou onde chovia pouco, como zonas para a produção da mandioca.⁶⁵ Havia diversos tipos de resistência a isso e, de

62. Ver a discussão em Azevedo, *Povoamento*, p. 265-99.

63. APB, Cartas ao governo 188.

64. Em 1693 o pasto de cavalos e gado em Cachoeira e Maragogipe era limitado para proteger as plantações de mandioca (ACS, 124.1 Provisões). Em 1706, quando os habitantes de Maragogipe, Capanema e Cachoeira tentaram suspender a proibição de plantação de tabaco, o governador encaminhou parecer negativo à coroa, argumentando que isso levaria ao abandono do cultivo da mandioca. (APB, Ord. reg. 7, n.511, 511A; ACS 124.7 Provisões, fs. 60-61).

65. Discorri sobre a geografia agrícola do Recôncavo em *Sugar Plantations*, p. 75-97.

tempos em tempos, a coroa tinha de intervir para proibir o cultivo de tabaco ou a criação de gado, mas, por fim, o sul do Recôncavo (Jaguaripe, Maragogipe) e o litoral sul da capitania se tornaram as principais fontes de gêneros alimentícios para a cidade de Salvador e para as áreas do cultivo do açúcar. A relutância dos exportadores do Recôncavo em plantar mandioca e a regionalização de seu cultivo tornou Salvador e o Recôncavo especialmente suscetíveis à manipulação de suprimentos e preços. Já em 1706 o governador da Bahia acusou os produtores de conspirarem ("fazendo entre sy convensão de não venderem") para o aumento do preço da farinha.⁶⁶ Reclamações semelhantes e a intervenção do governo continuaram durante todo o século XVIII.

A retração da economia de exportação na década de 1760, combinada ao crescimento da agricultura rural aumentara o fornecimento de alimentos e reduzira o preço suficientemente; em 1770, portanto, os traficantes de escravos puderam pedir isenção da obrigação de manter roças, alegando que os papéis de comerciante e agricultor eram incompatíveis. O conde de Povolide, governador na época, discordou, mas salientou que os comerciantes sempre haviam evitado "essa mais fácil de todas as agriculturas só por causa da preguiça, abundante neste país". Ele afirmou que ainda ocorria escassez.⁶⁷

A escassez, há muito sofrida pelos comerciantes escravos, tornou-se problema geral quando a recuperação econômica e a expansão da exportação de fins do período colonial intensificaram o problema do abastecimento de alimentos. No início da década de 1780, as flutuações de preços e a escassez levaram o governo a agir. Em 1785, a câmara municipal de Salvador ordenou que todos os agricultores em potencial plantassem mandioca e, para isso, requisitou um le-

66. Vasco Cezar de Meneses à coroa (25 Mai 1706), APB, Ord. reg. 7, n.511 A; AHU, Bahia.pap. avul. caixa 57 1ª série não-catalogada. (15 Mar. 1750).

67. Conde de Povolide ao Conselho Ultramarino (1771), APB, Ord. reg. 72; ABNRJ 32 (1910), 258, doc. 8458.

vantamento de toda a produção de mandioca.⁶⁸ Essas listas serviram de base para a operação do celeiro público, criado em 1785 como meio de garantir o abastecimento da cidade.⁶⁹ O celeiro representava uma tentativa do governo de estabilizar e controlar as vendas de alimentos em Salvador. Toda a farinha de mandioca, todo feijão, arroz e milho vendidos na cidade deviam ser vendidos para o celeiro, que, então, cobrava uma taxa de vinte réis por alqueire pelo serviço que prestava. Embora o celeiro centralizasse o mercado, os produtores se opunham a seu controle e descobriram inúmeros meios de contorná-lo. As compras de farinha de mandioca atingiram a média de 300 mil alqueires entre 1785 e 1812 (ver tabela 1). Mas com um índice de consumo de dez alqueires por ano, essa quantidade só teria abastecido de 40 a 60 por cento das necessidades da população de Salvador, que tinha de 50 a 80 mil habitantes. A reclamação dos plantadores de mandioca encontraram eco nos intelectuais propensos ao *laissez faire*. Embora o *celeiro público* evitasse a escassez grave na cidade, não conseguia evitar a tendência contínua de aumentos de preços.

68. O primeiro desses que vi é de Jaguaripe e data de 1780-81. Ver APB, Cartas ao governo 188; Offício do capitão mor das ordenanzas de Jaguaripe...(X30 nov. 1781) remette as relações dos lavradores empregados na plantação da mandioca", BNRJ, I-31, 30, 52. Ver também BNRJ II-34, 5, 28 sobre essa região. Seis listas de 1785-86 da área de Sergipe de E1-Rey encontram-se em APB, Cartas ao governo 188. A lista de 1786 de Cairu está em BNRJ, I-31, 30, 51.

69. Ver a discussão em Katia M. de Queirós Mattoso, *Bahia: A Cidade do Salvador e seu mercado no século XIX* (São Paulo, 1978), p. 252-55.

Quando o surto de exportação se intensificou, o problema do abastecimento na capitania piorou. Os agricultores, atraídos pelos altos preços do açúcar e do tabaco, abandonaram a produção de alimentos ou mudaram-se das áreas restritas a essa agricultura. O ouvidor de Ilhéus, salientando a “maldita indolência dos agricultores” que tinham desobedecido às ordens reais e plantaram cana-de-açúcar, ordenou que voltassem à produção de mandioca em 1780.⁷⁰ Em 1780, o governo tentou impedir a construção de engenhos em Porto Seguro nos terrenos reservados a alimentos.⁷¹ Na década de 1790, Dom Fernando José de Portugal relatava o grande abandono do cultivo da mandioca e um deslocamento do capital e dos escravos para o açúcar, o algodão e o tabaco; também já era possível ver as conseqüências disso na fome e na pobreza das cidadezinhas do interior.⁷²

70. Provisão, Ouvidoria de Ilhéus (1780), APB, Cartas ao governo 181.

71. Dom Rodrigo José de Meneses ao Ouvidor de Porto Seguro (22 nov. 1786), APB, Cartas ao governo 188.

72. Gonçalo Francisco Monteiro, ouvidor de Ilhéus, escreveu ao governador da Bahia acerca da fome em sua área devido “à falta de agricultura e de plantio da mandioca”. O declínio na produção de mandioca resultou em perda de metade do dízimo. Ver APB Cartas ao governo 198 (27 jan. 1796). Ver também APB, Cartas do Governo a S. Mgdé. 1794-97, f. 230. Parece que houve processo semelhante em Pernambuco. No agreste semi-árido, os pequenos agricultores estavam mudando para o algodão e abandonando a mandioca, o que provocava escassez. Ver José Ribeiro Junior, “Trabalho e fome numa economia colonial”, *História*, 2 (1983), p. 15-20.

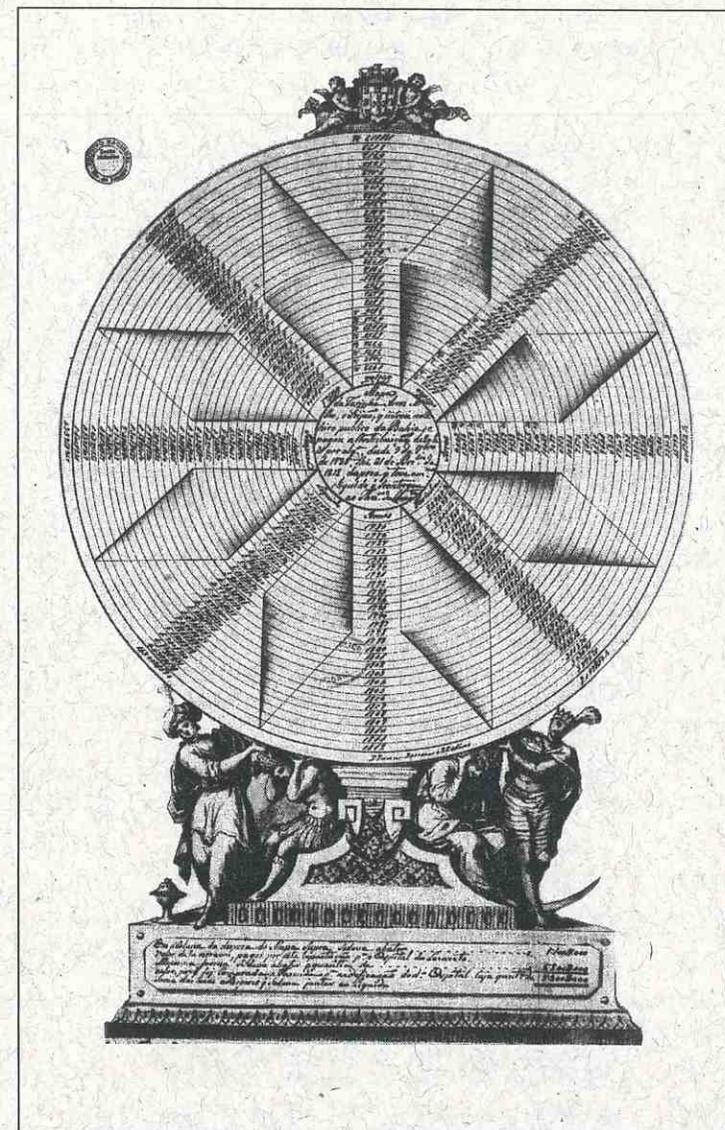


FIGURA 3. A arte da burocracia. Ilustração minuciosa que registra todos os alimentos que entraram no *Celeiro Público* de 1785 a 1812 e suas despesas operacionais.

Fontes: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, Mesa da Inspeção.

TABELA 1. Compras de alimentos no Celeiro Público de Salvador e exportações de açúcar, 1785-1812.

Ano	Farinha	Arroz	Milho	Feijão	Arrobas de Açúcar
1785	83.949	6.003	8.522	1.973	
1786	221.078	13.056	20.099	7.449	
1787	230.000	18.169	24.539	7.675	
1788	289.809	10.520	23.020	7.774	
1789	269.992	7.247	23.340	5.856	
1790	274.636	7.645	22.298	11.629	
1791	289.648	11.157	10.581	6.745	
1792	365.378	9.538	11.819	3.505	
1793	257.502	10.087	12.621	5.513	
1794	237.180	7.24.5	14.397	6.474	
1795	282.244	7.416	21.418	5.967	
1796	300.922	10.049	19.376	4.235	1.165.426
1797	289.187	7.077	19.497	7.954	423.956
1798	278.149	8.263	25.716	11.772	758.848
1799	288.011	10.248	24.006	6.375	679.484
1800	281.155	7.574	21.806	8.138	608.299
1801	279.908	5.610	23.091	5.299	989.024
1802	362.218	6.186	17.296	5.546	605.210
1803	302.031	9.641	25.797	6.472	906.448
1804	296.406	6.354	21.656	4.858	653.049
1805	287.181	17.407	21.216	3.376	908.764
1806	347.083	29.721	27.244	5.484	893.144
1807	391.807	38.108	23.056	7.104	953.377
1808	248.761	32.202	30.150	6.370	101.947
1809	293.313	20.620	35.155	7.142	464.478
1810	311.376	17.485	33.898	5.656	267.724
1811	363.671	23.363	28.046	6.712	53.163
1812	327.0171	45.797	29.860	8.173	

Fontes: Jobson de Andrade, *O Comércio Colonial*; AMRJ. Códice 623, pacote 1.

A fome, os preços altos e a escassez de farinha na Bahia eram, até certo ponto, conseqüências do sistema colonial e da existência de mercados alternativos. A farinha de mandioca também era mercadoria de exportação e parte dela sempre fora despachada para o litoral da África. Em 1796, o ministro Dom Rodrigo do Sousa Coutinho tinha mandado o governador da Bahia aumentar a produção de mandioca para fornecer farinha a Portugal a fim de aliviar a falta de pão na metrópole. O governador achou que era uma idéia inviável e comentou, na época. Que a Bahia não conseguia alimentar a si própria sem importar alimentos de outras capitanias.⁷³ Na década de 1810, foi enviada farinha de mandioca à Europa suficiente para provocar mais reclamações.⁷⁴ Embora o preço da farinha de mandioca tivesse caído nessa década, a seca, as regulamentações governamentais, a atração da agricultura para exportação e a manipulação dos estoques de alimentos pelos especuladores geraram uma situação que levou a um fornecimento mais fraco. A Câmara de Santo Amaro escreveu em 1817 que a população estava prestes a passar fome devido à falta de farinha.⁷⁵ Houve sugestões de reformas, mas parece não haver dúvida de que as condições materiais e a verdadeira renda da maior parte da população livre piorou durante o período da explosão da exportação, e que essa situação tornou-se mais evidente no preço e na disponibilidade de gêneros alimentícios nas cidades.⁷⁶

73. Dom Fernando José de Portugal a Dom Rodrigo de Sousa Coutinho (31 Dez. 1796), *ABNRJ* 34 (1913), 405-6. doc. 16.779.

74. Vicente de Sá Portella, capitão mor de Santa Luzia do Rio Real em Sergipe de El-Rey reclamou ao governador da Bahia que a escassez na Bahia devia-se à exportação para a Europa e para Pernambuco. Ele calculava que sua região produzia duzentos mil alqueires por ano. Em 1812, havia remetido 40 mil para Salvador. Ver APB, Cartas ao governo 238.

75. Juiz de fora de Santo Amaro, José Bonifácio de Araújo e Azambuja (8 Jun 1817), APB, Cartas ao governo 241.

76. José de Sá e Bettencourt, "Memória sobre a lavoura de mandioca no termo da Vila de Camamu e a plantação de algodão", APB, Cartas ao governo clx, f. 499-511.

Para os produtores de mandioca, o cerne do problema eram os riscos. Era possível produzir mandioca para consumo próprio com novas ferramentas, em terras relativamente marginais, e com pouca mão-de-obra. Essa lavoura era tão fácil que qualquer pessoa que tentasse produzir para o mercado se deparava com preços bem fracos nos "anos bons". Nos "anos ruins" de enchentes ou seca, quando os preços subiam, os produtores marginais, além de ter pouco para vender, às vezes não tinham o suficiente para se alimentar. A compra de escravos para aumentar a produção, portanto, exigia capital e se fundamentava na expectativa de anos que não fossem nem "bons demais" nem "ruins demais". Incapazes de controlar a imprevisibilidade do tempo, os produtores, como era de se esperar, tentavam reter os estoques de mandioca e, assim, manipular o mercado, para desgraça dos habitantes e dos administradores de Salvador.

A copiosa correspondência oficial, gerada pelo problema de abastecimento e a existência de dados de recenseamentos e listas de produtores de mandioca são a base para que se possa compreender a organização da produção de mandioca. O cultivo da mandioca era a agricultura dos pobres, sempre organizado como produção de roça. Embora alguns agricultores de subsistência auto-suficientes estivessem envolvidos nessa lavoura, a produção de gêneros alimentícios para o mercado, oriunda de pequenas roças, caracterizava o mercado baiano.

São evidentes as grandes diferenças regionais nas estruturas da produção de mandioca. Na tabela 2, apresento a produção de mandioca das três áreas que abasteciam Salvador. As paróquias de Sergipe de El-Rey, que também produziam um pouco de açúcar, produziam mandioca suficiente para vender entre um-quarto e um-terço da produção. As regiões de Cairu e Maragogipe dedicavam-se totalmente ao abastecimento do mercado baiano. Com uma proporção conservadora de vinte alqueires para cada mil covas, está claro que essas regiões eram capazes de produzir o dobro do que necessitavam para a subsistência própria e que grande parcela da produção era vendida. O que se percebe nitidamente aqui é a penetração dessa produção escrava de pequena escala. Numa lista de produtores de Mandioca em Cairu,

preparada em 1780, constavam 188 pessoas, 169 das quais possuíam escravos.⁷⁷ Esses senhores de escravos tinham uma média de 4,3 escravos, e somente quatro possuíam 15 ou mais. Eram apenas "os mais humildes desses agricultores... que trabalham com o próprio braço, sem o auxílio de cativo nenhum", nas palavras do ouvidor de Ilhéus.⁷⁸ Em 1817, havia 2.500 senhores de escravos e 11.500 escravos nas paróquias produtoras de mandioca em Maragogipe e Jaguaripe. O número médio de escravos por proprietário era 4,5 e a concentração de propriedade era baixa (Coeficiente de Gini, de 0,38 a 0,45). Esses números indicam numerosos proprietários de escravos e o uso destes na produção de alimentos. A predominância de escravo nessas agriculturas suscita sérias dúvidas sobre a caracterização dos roceiros no Brasil.

As informações de Sergipe de El-Rey, contidas na tabela 2, salientam a tensão contínua entre o cultivo da mandioca e a produção de safras para exportação. Nessa região, que produzia açúcar e mandioca, e da qual Salvador dependia para o abastecimento de mandioca, a produção de alimentos caiu abaixo do que era necessário. Mesmo que calculemos produções maiores, o dobro do mínimo esperado, às necessidades locais aumentavam pouco porque inúmeros produtores de açúcar plantavam pouca, ou nenhuma, mandioca para os trabalhadores. Nisso, o conflito entre safras para exportação e necessidades de alimentos estavam em grande evidência, pois os agricultores tomaram a decisão de comprar, em vez de plantar mandioca, ou deixar que cuidassem de si mesmos.

77. BNRJ, I-31, 30, 51.

78. Bartolomeu Siqueira Lima, ouvidor interino de Ilhéus (19 Out. 1795), APB, Cartas ao governo 209.

TABELA 2. Subsistência e excedente na produção de mandioca, Bahia e Sergipe de El-Rey.

	Agricultores	Covas	Escravos	Total Pop.	Alqueires	Necessidades para subsistência (4)x10 alq.	Excedente para venda (5)-(6) alq.	Percentual da produção excedente (8)
	(1)	(000) (2)		(1)x45=(3) (4)	(2)x20 (5)	(6)	(7)	
Maragogipe (1780)	402	2.640	(1.809) ¹	3.618	52.800	36.180	16.620	31
Cairu (1785)	188	884	635	1.481	17.680	14.810	2.870	16
São Cristóvão (Sergipe) (1786)	138	325	373	994	6.500	9.940	6.310	-53
Ribeira da Vasabarris ² (1785)	165	389	788	1.530	7.780	15.305	4.150	-96

1 Número de escravos segundo o recenseamento de escravos de 1817 a 4,5 por proprietário. Ver Schwartz, *Sugar Plantations*, 443.

2 Havia oito engenhos com 204 escravos que cultivavam mandioca.

Fontes: BNRJ, I-31, 30, 51; APB, Cartas ao governo, 188.

Neste ponto é impossível definir a tipicidade da situação baiana, mas os dados dessa capitania sugerem algumas linhas futuras de investigações e hipóteses a serem testadas. Em primeiro lugar, um número considerável de indícios oriundos da Bahia, de Minas Gerais e de São Paulo indicam o emprego de roças de pequena escala e da produção de alimentos com o uso do trabalho escravo. Há a tentação de afirmar que a escravidão estava se tornando uma instituição mais amplamente difundida em fins do período colonial do que em qualquer outra época. Em segundo lugar, os produtores "roceiros" com acesso aos mercados que estavam crescendo nas cidades e no setor da lavoura, parecem ter reagido com o aumento da produção, e o cultivo da mandioca prestou-se à expansão com aumentos principalmente no contingente de trabalhadores. Em vez de evitar a economia de mercado, os pequenos agricultores e até os escravos, quando podiam – como no caso do Engenho Santana examinado no capítulo 2 – procuravam expandir a produção.⁷⁹ Dados da Bahia indicam que uma grande parte da produção da "roça" podia ser vendida. Com certeza, essa proporção variava muito em tempo e lugar, mas a penetração das relações comerciais na produção dos roceiros parece clara. Por fim, a criação de um mercado de abastecimento em consequência do crescimento induzido pela exportação suscita sérias questões sobre a natureza isolada da economia agrícola e deve levar a um exame mais profundo das ligações internas dentro da economia colonial.

Os acontecimentos de fins do período colonial e logo após a independência demonstram a força contínua da escravidão para definir todos os aspectos da economia e penetrar em setores que antes não eram caracterizados pela mão-de-obra escrava. Acompanhando essa penetração, naturalmente, estavam as concomitantes relações sociais do regime escravocrata. A produção de pequenos agricultores e a agricultura baseada em trabalho escravo não eram mais duas opções distintas, mas dois processos relacionados nos

79. Ver p. anterior.

quais predominava a tendência à expansão da escravidão. Mesmo quando o Brasil procurava equilibrar a produção de alimentos para consumo doméstico com sua agricultura para exportação, a questão da escravidão permanecia intocável. Frei Vicente do Salvador, primeiro historiador do Brasil, dissera no século XVII que o Brasil era um país tão maravilhoso que “poderia sustentar-se mesmo que todos os portos estivessem fechados”.⁸⁰ Em fins da era colonial, principalmente após 1809, quando o nível das exportações brasileiras começou a subir, a questão era, de fato, se o Brasil conseguiria alimentar-se com os portos abertos. Para isso, ampliou o uso de escravos.

80. Frei Vicente do Salvador, *História do Brasil*, 4. ed. (São Paulo, 1965), livro I, capítulo 11, 83.



ALFORRIA NA BAHIA, 1684-1745

A história e a natureza dos regimes escravocratas do Novo Mundo têm sido examinadas e discutidas acaloradamente nas perspectivas comparativas, nacionais e regionais.¹ Grande parte das controvérsias concentram-se no tratamento dado aos escravos nos diversos regimes escravocratas e numa série de condições econômicas. Em seu artigo “The Treatment of Slaves in Different Countries”, Eugene Genovese trouxe esclarecimento ao debate e nele avançou, com a distinção entre os três significados fundamentais do termo “tratamento”.² Genovese reconhece que este termo foi empregado em épocas diversas para descrever: 1^o) as condições físicas cotidianas do escravo; 2^o) as condições existenciais da vida, as oportunidades de expressão familiar, social e religiosa; e 3^o) o acesso à liberdade e aos direitos de cidadania. Em-

1. O autor agradece a João José dos Reis, da Bahia, que me ajudou na coleta destes dados e a Christine Lohr, da Universidade de Minnesota, que desempenhou a função de assistente de pesquisa. Também agradece aos professores Dauril Alden, Philip Curtin, Peter Eisenberg, Stanley Engerman, Richard Graham, Herbert Klein, Franklin Knight, John Modell, Peter Smith e Emilia Viotti da Costa, que contribuíram com orientação técnica e críticas. O uso do computador foi possível graças a uma bolsa oferecida pela Graduate School of the University of Minnesota.

2. Eugene Genovese, “The Treatment of Slaves in Different Countries: Problems in The Application of the Comparative Method”, In: *Slavery in the New World*, ed. Laura Foner e Eugene Genovese, (Englewood Cliffs, N. J., 1989), p. 202-210.